



# Programa Rede Social Plano de Desenvolvimento Social



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu



SEGURANÇA SOCIAL



REGIÃO CENTRO-OESTE  
FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
INICIATIVAS DE EMPREGO, INOVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL



Portugal em Acção

## Pedrógão Grande

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>Pág.4</b>
<b>I - PROGRAMA REDE SOCIAL</b>	<b>Pág.8</b>
1.1- Objectivos	Pág.8
1.2- Princípios	Pág.9
1.3- Metodologia	Pág.15
<b>II – PROJECTOS ESTRUTURANTES</b>	<b>Pág.16</b>
2.1- Projecto Estruturante 1 – “Equipa integrada de intervenção ao domicílio”	Pág.18
2.2- Projecto Estruturante 2 – “Loteamentos a custos controlados”	Pág.20
2.3- Projecto Estruturante 3 – “Parque Temático (Inter)municipal”	Pág.22
2.4- Projecto Estruturante 4 – “Centro de recursos tecnológicos para a comunidade educativa”	Pág.24
<b>III – ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DO PDS</b>	<b>Pág.26</b>
3.1- Eixo 1 – Respostas integradas de proximidade	Pág.27
3.1.1. Impactos estratégicos	Pág.28
3.1.2. Vectores estratégicos	Pág.33
3.2- Eixo 2 – Qualidade habitacional	Pág.35
3.2.1. Impactos estratégicos	Pág.37
3.2.2. Vectores estratégicos	Pág.39
3.3- Eixo 3 – Captação de investimento e parcerias externas	Pág.40
3.3.1. Impactos estratégicos	Pág.42
3.3.2. Vectores estratégicos	Pág.43
3.4- Eixo 4 – Respostas escolares profissionalizantes	Pág.44
3.4.1. Impactos estratégicos	Pág.46
3.4.2. Vectores estratégicos	Pág.47

<b>IV – ARTICULAÇÃO E PLANEAMENTO INTEGRADO</b>	<b>Pág.48</b>
4.1- Relação entre os Programas Nacionais e o PDS	Pág.49
4.1.1. PDS/PNAI	Pág.49
4.1.2. PDS/PDM	Pág.53
4.1.3. PDS/PNACE	Pág.55
4.1.4. PDS/QREN	Pág.59
4.1.5. PDS/PT	Pág.62
4.2- Articulação Interinstitucional	Pág.66
<b>V – AVALIAÇÃO</b>	<b>Pág.67</b>
<b>VI – DIVULGAÇÃO/MARKETING</b>	<b>Pág.74</b>
<b>VII – BIBLIOGRAFIA</b>	<b>Pág.76</b>

## INTRODUÇÃO

A implementação da Rede Social, na consolidação do Desenvolvimento do Concelho de Pedrógão Grande, procurará contribuir para que sejam adoptadas concretas, integradas e concertadas medidas que conduzam à atenuação ou erradicação da exclusão e da pobreza.

Assim, ao candidatar-se ao Programa Rede Social no ano de 2004, a Autarquia dá continuidade a uma política de mobilização de vontades e de recursos e de esforços congregados que procura garantir uma eficácia maior no conjunto de respostas sociais no Concelho e Freguesias, mediante o estabelecimento de uma maior articulação dos diferentes agentes locais.

Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, e no Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho a Rede Social materializa-se através das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e dos Conselhos Locais de Acção Social (CLAS) em que a promoção da sua criação cabe às Autarquias Locais.

A Câmara Municipal de Pedrógão Grande, no âmbito da sua política de acção social, tem fortemente apostado no estabelecimento de parcerias e na descentralização, estratégia olhada como fundamental para a efectiva prossecução de um instrumento público activo, equilibrado espacial e funcionalmente, gerador da melhoria da qualidade de vida em geral da comunidade e, de forma especial, da população dos estratos mais vulneráveis.

O Conselho Local de Acção Social de Pedrógão Grande (CLASPG) foi constituído em reunião de Plenário ocorrida no dia **19 de Julho de 2004**.

O CLASPG é representado por um elemento designado por cada entidade que faz parte dele, onde estão representadas as instituições privadas e públicas que directamente intervêm no domínio do social no Concelho de Pedrógão Grande.

O CLASPG é a entidade por excelência da Rede Social e é um órgão plenário de decisão.

No CLAS é onde a intervenção se planeia e se decide, onde se reflectem as necessidades, os constrangimentos, as potencialidades e as oportunidades de Desenvolvimento para o Concelho.

O CLASPG é composto pelas seguintes entidades:

- Agrupamento de Escolas de Pedrógão Grande
- Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio de Derreada Fundeira
- Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio dos Escalos Fundeiros
- Associação dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande
- Associação dos Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Pedrógão Grande
- Associação Empresarial do Penedo Granada e Médio Zêzere
- Casa da Cultura e Recreio de Vila Facaia
- Centro de Saúde de Pedrógão Grande
- Comissão de Melhoramentos de Escalos do Meio
- Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal
- Igreja Católica
- Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos
- Instituto de Reinserção Social de Pombal
- Instituto de Segurança Social, I.P - Centro Distrital da Solidariedade e Segurança Social de Leiria
- Junta de Freguesia da Graça
- Junta de Freguesia de Pedrógão Grande
- Junta de Freguesia de Vila Facaia
- Município de Pedrógão Grande
- Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento
- Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande

Dessas entidades, seis constituem o Núcleo Executivo:

- Agrupamento de Escolas de Pedrógão Grande
- Câmara Municipal de Pedrógão Grande
- Centro de Saúde de Pedrógão Grande
- I.E.F.P. - Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos
- Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital da Solidariedade e Segurança Social de Leiria
- Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande

O Núcleo Executivo da Rede Social é um órgão operacional, constituído por Técnicos disponibilizados pelas entidades para o efeito representadas, que **competem**:

- a) **Dinamizar** específicas acções da Rede Social;
- b) Os encontros do CLAS serem **organizados e facilitados**;
- c) **Emitir pareceres** sobre as candidaturas a apresentar do Concelho;
- d) **Divulgar os resultados** do trabalho desenvolvido pela Rede Social;
- e) **Actualizar** o Diagnóstico Social;
- f) **Gerir** o sistema de informação.

Após a elaboração e aprovação do Diagnóstico Social a 6 de Julho de 2006, onde se identificaram as principais potencialidades, os problemas e as necessidades do Concelho, entrou-se numa etapa nova do Planeamento Estratégico – o Plano de Desenvolvimento Social de Pedrógão Grande.

Através da participação dos agentes locais foi construído este documento que contém variadas expectativas, iniciativas e recursos.

Procura-se que o foco da intervenção seja redireccionado para uma linha de prevenção de problemas, da participação da comunidade e da promoção da qualidade de vida da população na correcção dos fenómenos de exclusão social e da pobreza.

É um documento onde se definem os objectivos e as estratégias conducentes a respostas às necessidades e aos problemas diagnosticados.

Nos vários Whorkshop's temáticos, foram definidos os objectivos estratégicos de intervenção para combater os identificados problemas e os seus determinantes factores, nos diferentes níveis.

Partindo do Diagnóstico Social (DS) e baseado no resultado dos Whorkshop's temáticos, foram definidos quatro eixos de intervenção estratégica:

Eixo I – Respostas integradas de proximidade

Eixo II – Qualidade habitacional

Eixo III – Captação de investimento e parcerias externas

Eixo IV – Respostas escolares profissionalizantes

O PDS será operacionalizado através da execução dos Planos de Acção (de carácter anual) que executarão os objectivos definidos no PDS.

O PDS de Pedrógão Grande tem um âmbito de duração de três anos, 2008-2011.

O que temos de trabalhar daqui para o futuro, ao apelar à participação de todos no estratégico planeamento de uma intervenção territorial sustentável e integrada, é tomar consciência em se contribuir activamente para o Desenvolvimento Social do Concelho.

## I - PROGRAMA REDE SOCIAL

### 1.1 - OBJECTIVOS

Numa perspectiva de promoção do desenvolvimento social, o Programa **Rede Social** tem como **finalidade** o combate à exclusão social e à pobreza.

Decorrem desta finalidade os **Objectivos Estratégicos** seguintes:

- Desenvolver uma parceria dinâmica e efectiva que articule os diferentes agentes locais na intervenção social;
- Promover um planeamento sistemático e integrado, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- Garantir uma eficácia maior de respostas conjuntas no Concelho e Freguesias;

Pretende-se com este Programa:

- Introduzir o Planeamento Estratégico Participado;
- Ao nível concelhio e de freguesia, promover a coordenação das intervenções;
- Para os problemas das pessoas e famílias em situação de exclusão social e pobreza, procurar soluções;
- No âmbito da Rede Social, formar e qualificar os agentes envolvidos nos processos locais de desenvolvimento;
- No Concelho, promover uma adequada cobertura por equipamentos e serviços;
- Que o conhecimento sobre as realidades concelhias seja potenciado e divulgado.



## 1.2 – PRINCÍPIOS

Os “**Princípios de Acção**”, em que assenta a Rede Social, garantem a funcionalidade do dispositivo criado e das acções desenvolvidas no quadro do Programa, bem como a coerência da estratégia de intervenção.

Os Princípios são: a **Integração**, a **Articulação**, a **Subsidiariedade**, a **Participação**, a **Inovação** e da **Igualdade do Género**.

### **PRINCÍPIO DE INTEGRAÇÃO**

O carácter multidimensional dos fenómenos de exclusão social e da pobreza, aponta para uma acção coordenada e concertada entre as várias entidades locais para responderem eficazmente.

Assim, o Princípio de Integração Social assentará:

- Através de acções planificadas, executadas e avaliadas de uma forma conjunta, assentará na convergência das medidas económicas, sociais e ambientais entre outras, com vista à promoção das comunidades locais;
- Para a resolução dos problemas sociais mais prementes, assentará no incremento de projectos de desenvolvimento integrado locais, apelando à participação de todos os locais intervenientes e à congregação dos recursos de todos.

## **PRINCÍPIO DE ARTICULAÇÃO**

A Rede Social deve fornecer uma logística comum aos diferentes parceiros e contribuir para a promoção de projectos. Deve constituir-se como um suporte da acção, permitir a criação de sinergias entre as competências existentes na comunidade e os recursos.

Este princípio traduz-se na necessidade duma parceria dinâmica e efectiva e de articular a intervenção social dos diferentes parceiros com actividade num território.

Em torno de objectivos comuns, a construção da parceria pressupõe:

- Em conjunto, ser definido e equacionado o objecto de cooperação no contributo de cada parceiro;
- Ajustar os modos diferentes de intervenção e proporcionar uma aprendizagem da cooperação, definindo acções concretas, envolvendo os parceiros;
- Os vários agentes definam uma comum estratégia pressupondo a corresponsabilização dos parceiros envolvidos no desenvolvimento e sucesso das acções conjuntas.

Pretende-se, assim, que as parcerias sejam flexíveis na procura de soluções para a resolução dos problemas ou para a criação de respostas novas. Que as parcerias funcionem de uma forma desburocratizada e simples, facilitando o diálogo, a participação e a decisão.

## **PRINCÍPIO DE SUBSIDIARIEDADE**

Este princípio traduz a ideia, no âmbito do modelo da Rede Social, de que é no território local que são resolvidos os problemas, que se deve actuar é próximo das populações, de um modo articulado, concertado e preventivo, pois, é a este nível que:

- Identificam-se os problemas, as necessidades, os recursos, as capacidades e as identidades dos agentes de mudança;
- Visando a resolução dos concretos problemas locais, podem-se ensaiar, inovar e desenvolver acções de intervenção colectiva.

A aplicação deste princípio implica explorar os recursos e competências locais para resolução dos problemas para só depois se apelar para outros níveis de decisão sucessivamente superiores.

No exercício de uma efectiva democracia e de formas de regulação social em que o Estado, a Sociedade Civil organizada e os cidadãos se unem para criar factores de mudança que proporcionem a inserção dos menos favorecidos e o desenvolvimento local, o local é o espaço privilegiado de desenvolvimento de participativos processos.

## **PRINCÍPIO DE PARTICIPAÇÃO**

Numa perspectiva da promoção do desenvolvimento social, o princípio de Participação significa que o combate à exclusão social e à pobreza, é tanto mais efectivo quanto resulte de um processo amplamente participado.

Neste quadro da Rede Social, a participação deve alargar-se aos actores locais e às populações, particularmente as menos favorecidas e alargar-se a todas as acções desenvolvidas no contexto do Programa.

Assim, este princípio pressupõe:

- As entidades e as populações locais tomem consciência dos problemas que originam a exclusão social e a pobreza;
- Os actores e populações locais sejam mobilizados em torno de acções concretas que visem a solução dos problemas existentes;
- Organizar e mobilizar as pessoas que vivem em situação de exclusão a participarem na resolução dos problemas.

## **PRINCÍPIO DE INOVAÇÃO**

Uma mudança de atitudes e de hábitos de trabalho torna-se imprescindível, bem como a aquisição de novos saberes, face à emergência de problemáticas novas e às mutações sociais que a um acelerado ritmo ocorrem.

Só terá sequência este processo quando se traduzir nas práticas locais e nos processos de trabalho a criação de dinâmicas de inovação.

Esta atitude pressupõe:

- A efectiva descentralização dos serviços;
- Os procedimentos nos organismos públicos e privados desburocratizados;
- A criação de um sistema de comunicação acessível e fácil entre os cidadãos e os serviços, designadamente através do incremento da informação;
- Motivar a participação das comunidades locais através de formas de actuação.

## PRINCÍPIO DA IGUALDADE DO GÉNERO

O Decreto-lei nº 115/2006 de 14 de Junho, introduz um novo princípio de acção, no âmbito do trabalho em Rede: *a igualdade de género*.

Com base no art. 10º do referido Decreto-lei o mesmo diz: “No quadro da rede social, o planeamento e a intervenção integram a dimensão de género quer nas medidas e acções quer na avaliação do impacte”.

A igualdade de género é um direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa e um direito humano essencial para o desenvolvimento da sociedade e para a participação plena de homens e mulheres enquanto pessoas.

As situações de discriminação múltipla exigem uma particular atenção atendendo às situações de desigualdade de oportunidades e discriminação que as mulheres enfrentam cumulativamente em função da raça, território de origem, religião, deficiência, idade ou orientação sexual.

Efectivamente, as políticas de Igualdade entre Homens e Mulheres tornam-se cada vez mais fundamentais para uma vivência plena de uma cidadania que integra os Direitos Humanos e contribui para o aprofundamento da democracia.

Neste âmbito, reconhece-se que a participação equilibrada de mulheres e homens na tomada de decisão política e pública contribui para uma maior aproximação entre a vida política e social, bem como para a coesão social e solidariedade, traduzindo-se, a prazo, numa melhor qualidade de vida para todas as pessoas.

### 1.3. – METODOLOGIA

Para serem atingidos os objectivos da Rede Social, o Programa propõem uma Estratégia Participada de Planeamento cujos principais instrumentos são o Diagnóstico Social Participado e o Plano de Desenvolvimento Social (PDS).

O processo de implementação e consolidação da Rede Social, pressupõe a adopção de uma metodologia de planeamento integrado e participado, que é também entendida como uma forma de aprendizagem e de procura de consensos, que se consubstancia no Plano de Desenvolvimento Social.

Trata-se de um processo que implicou levar a efeito a elaboração e operacionalização do Plano de Desenvolvimento Local (fixados objectivos e as estratégias de intervenção, a médio e longo prazo), a elaboração e concretização dos Planos de Acção e por fim a definição do Processo de Avaliação.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social foi levado a cabo por uma equipa multidisciplinar que contribuiu para a consolidação das parcerias, implicando na sua realização, a participação de todos os seus membros, assim como o seu alargamento a todos os agentes e sectores, que de algum modo contribuíram para ele.

Procedeu-se à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Acção do Concelho de Pedrógão Grande com a participação e colaboração do Mestre António Baptista.

## II – PROJECTOS ESTRUTURANTES

Os Projectos estruturantes são projectos promotores de desenvolvimento (social) porque respondem a uma problemática chave, cuja resolução significa um salto qualitativo e significativo em relação ao ponto de partida, a partir do qual se pode dizer que estamos num novo patamar. É estruturante porque produz impactos (mudanças estruturais).

È também uma característica do projecto estruturante não estar condicionado pelo problema, mas ser capaz de definir a intervenção na lógica do desejável e que representa um modelo positivo a implementar – o Desenvolvimento a partir de uma visão partilhada. Os Projectos Estruturantes têm como objectivo demonstrar as intervenções existentes e planeadas no Concelho: os projectos numa etapa de planeamento.

Os projectos parcelares, contrariamente, produzem efeitos ou respostas positivas sem alterarem os dados iniciais, isto é, sem terem a capacidade de agirem nas zonas de causalidade dos problemas e sem serem preventivos ou terem a capacidade de os resolverem realmente na origem.



## PROJECTOS ESTRUTURANTES

Eixos de Intervenção	Projectos Estruturantes	Objectivos Gerais	Objectivos Estratégicos
<p>I</p> <p>Respostas integradas de proximidade</p>	<p><i>Equipa integrada de intervenção ao domicílio</i></p>	<p>As famílias problemáticas sinalizadas no Concelho têm acesso a apoio técnico para projectos de mudança</p>	<p>1.1 - Em 2009, o Concelho está coberto por uma equipa multidisciplinar de intervenção de proximidade</p>
<p>II</p> <p>Qualidade habitacional</p>	<p><i>Loteamentos a custos controlados</i></p>	<p><b>Até 2011, exista uma rede industrial e habitacional de qualidade a custos controlados</b></p>	<p>2.1. – Em 2011, o Concelho está coberto por uma medida camarária que beneficia pessoas particulares e entidades privadas a fixarem-se neste local</p>
<p>III</p> <p>Captação de investimento e parcerias externas</p>	<p><i>Parque Temático (Inter)municipal</i></p>	<p><b>Até 2011, existe investimento estruturante para a empregabilidade do Concelho na área do Turismo</b></p>	<p>3.1. - Em 2010 o Parque Temático (Inter)municipal está em fase de arranque</p>
			<p>3.2. - Em 2009, o Parque Temático (Inter)municipal está candidatado no QREN</p>
<p>IV</p> <p>Respostas escolares profissionalizantes</p>	<p><i>Centro de recursos tecnológicos para a comunidade educativa</i></p>	<p>Em 2011, o Concelho atinja um nível de oferta tecnológica em áreas prioritárias</p>	<p>4.1. - Em 2009, esteja em fase de arranque o Centro promotor de Tecnologia e Empreendedorismo</p>

**PROJECTO**

**ESTRUTURANTE I**

*“Equipa integrada de intervenção ao domicílio”*



## MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LOGICO - EIXO I - RESPOSTAS INTEGRADAS DE PROXIMIDADE

<b>OBJECTIVO GERAL</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
As famílias problemáticas sinalizadas no Concelho têm acesso a apoio técnico para projectos de mudança	-Nº de famílias acompanhadas -Tx de cobertura da resposta -Rácio Técnico /Utente -Nº de Técnicos cedidos por outros Serviços	-Acordos com a Segurança Social -Projectos das IPSS'S	-Disponibilidade financeira -Mobilização dos parceiros -A continuidade e durabilidade dos programas de financiamento. -Estabilidade política, económica
<b>OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
Em 2009, o Concelho está coberto por uma equipa multidisciplinar de intervenção de proximidade	-Tx de cobertura -Rácio Técnico/utente	-Acordos com a Segurança Social -Registo das IPSS'S (Inscrições)	-Iniciativa dos parceiros -Disponibilidade dos recursos dos parceiros
<b>RESULTADOS</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
1.1. - Aquisição de competências básicas (pessoais e sociais) pelas famílias 1.2. - Inserção na rede de respostas sociais do Concelho 1.3. – Plano de intervenção integrado	-Nível de competências que as famílias atingiram -Nº de famílias acompanhadas	-Grelha de avaliação de competências -Plano de intervenção definido	-Articulação entre os serviços -Abertura das IPSS'S
<b>ACTIVIDADES</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
1.1. - Definição da Equipa 1.2. - Protocolo institucional que define as regras de actuação 1.3. - Planeamento e o orçamento 1.4. - Candidatura ao financiamento	Taxa de execução do Plano de Acção	Plano de Acção	Disponibilidade Técnica

**PROJECTO**  
**ESTRUTURANTE II**  
*“Loteamentos a custos controlados”*



## MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LOGICO - EIXO II - QUALIDADE HABITACIONAL

<b>OBJECTIVO GERAL</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
Até 2011, exista uma rede industrial e habitacional de qualidade a custos controlados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- volume de investimento executado</li> <li>- nº de licenças dadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dossiers técnico-financeiros</li> <li>- Dossier de monitorização e avaliação do Projecto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A continuidade e durabilidade dos programas de financiamento</li> <li>- Estabilidade política e económica</li> </ul>
<b>OBJECTIVO ESTRATÉGICO</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
Em 2011, o Concelho está coberto por uma medida camarária que beneficia pessoas particulares e entidades privadas a fixarem-se neste local	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxa de execução física e financeira</li> <li>- O parecer do Dossier do Projecto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dossiers técnico-financeiros</li> <li>- Dossier de monitorização e avaliação do Projecto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de linhas de financiamento disponíveis</li> <li>- Alteração do PDM em vigor</li> </ul>
<b>RESULTADOS</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Protocolo de cooperação municipal</li> <li>- Dossier de projecto elaborado e contratualizado</li> <li>- Termo de aceitação técnico-financeiro do Projecto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- nº de entidades que aceitam a participação no Projecto</li> <li>- Cronograma de execução</li> <li>- nº de entidades enquadradas no caderno de encargos</li> <li>- O volume financeiro previsto</li> <li>- nº de entidades subscritoras do termo de aceitação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Protocolo assinado pelas partes envolvidas</li> <li>- Dossier técnico-financeiro do Projecto</li> <li>- Termo de Aceitação</li> <li>- Dossier de monitorização e avaliação do Projecto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de capacidade técnica e de competências específicas nas entidades parceiras</li> <li>- A capacidade do município trabalhar em parceria</li> </ul>
<b>ACTIVIDADES</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição da Equipa de suporte</li> <li>- Execução projectista e de licenciamento</li> <li>- Promoção e divulgação local e nacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxa de execução do Plano de Acção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dossier de monitorização e avaliação do Projecto</li> <li>- Plano de Acção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabilidade do contexto sócio-político nacional</li> <li>- Disponibilidade Técnica</li> </ul>

**PROJECTO**  
**ESTRUTURANTE III**  
*“Parque Temático (Inter)municipal”*

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LOGICO – EIXO I I I – CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS EXTERNAS

<b>OBJECTIVO GERAL</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
Até 2011, existe investimento estruturante para a empregabilidade do Concelho na área do Turismo	1- volume de investimento executado 2- nº de postos de trabalho criados 3- Duração média dos contratos de trabalho	1 - Dossiers técnico-financeiros 2 - Registo da Segurança Social 3 - Dossier de monitorização e avaliação do Projecto	A continuidade e durabilidade dos programas de financiamento  Estabilidade política e económica
<b>OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
1- Em 2010 o Parque Temático (Inter)municipal está em fase de arranque 2 - Em 2009, o Parque Temático (Inter)municipal está candidatado no QREN	1.1. - Taxa de execução física e financeira 2.1. - O parecer do Dossier de Candidatura	1 - Dossiers técnico-financeiros 2 - Ofícios de deferimento da Entidade Gestora 3 - Dossier de monitorização e avaliação do Projecto	Alteração do PDM em vigor Aprovação dos Planos de pormenor de Vale de Barco e de Vale de Góis Elegibilidade do Projecto no QREN Existência de linhas de financiamento disponíveis
<b>RESULTADOS</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
1 - Protocolo de cooperação (Inter)municipal 2 - Dossier de Projecto elaborado e contratualizado 3 - Termo de aceitação técnico-financeiro do Projecto	1.1. - nº de municípios que aceitam a participação no Projecto 2.1 - Cronograma de execução 2.2. - nº de entidades enquadradas no caderno de encargos 3.1.- O volume financeiro previsto 3.2 – nº de entidades subscritoras do termo de aceitação	1.1.1. - Protocolo assinado pelas partes envolvidas 2.1.1.- O Dossier técnico-financeiro do Projecto 3.1.1. - Termo de Aceitação 3.1.2. - Dossier de monitorização e avaliação do Projecto	A capacidade dos municípios trabalharem em parceria  Existência de capacidade técnica e de competências específicas nas entidades parceiras
<b>ACTIVIDADES</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
1 - Estudo de mercado 2 - Estudo de Marketing 3 - Concepção e desenvolvimento do plano de actividades do Parque Temático 4 - Constituição da Equipa de suporte 5 - Execução projectista e de licenciamento 6 - Promoção e divulgação local e nacional	1 - Taxa de execução física e financeira do Plano de Acção do Projecto	1 - Plano de Acção  2 - Dossier de monitorização e avaliação do Projecto	Viabilidade económico-financeira do projecto  Estabilidade do contexto sócio-político nacional

**PROJECTO**  
**ESTRUTURANTE IV**

*“Centro de recursos tecnológicos para a comunidade educativa”*



## MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LOGICO – EIXO IV – RESPOSTAS ESCOLARES PROFISSIONALIZANTES

<b>OBJECTIVO GERAL</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
Em 2011, o Concelho atinja um nível de oferta tecnológica em áreas prioritárias	- Nº de cursos - Rácio aluno/curso - Tx de cobertura de resposta - Tx de frequência	- Plano dos cursos - Acordos com entidades vocacionadas para oferta tecnológica - Grau de sucesso	-Disponibilidade financeira -Mobilização dos parceiros -A continuidade e durabilidade dos programas de financiamento. -Estabilidade política, económica
<b>OBJECTIVO ESTRATÉGICO</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
Em 2009, esteja em fase de arranque o Centro promotor de Tecnologia e Empreendedorismo	- Nº de cursos - Rácio aluno/curso	- Plano dos cursos - Registo das inscrições	- Iniciativa dos parceiros - Disponibilidade dos recursos dos parceiros
<b>RESULTADOS</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
1.1 - Aquisição de competências técnicas e profissionais 1.2 - Aquisição de competências de empreendedorismo 1.3 - Plano de intervenção integrado	- Nível de competências que os alunos atingiram - Nº de alunos acompanhados	- Grelha de avaliação de competências - Plano de intervenção definido	- Articulação entre serviços - Articulação entre os empresários locais e exteriores ao Concelho
<b>ATIVIDADES</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>PRESSUPOSTOS EXTERNOS</b>
1.1. - Definição da Equipa 1.2. - Protocolo institucional que define as regras de actuação 1.3. - Planeamento e o orçamento 1.4. - Candidatura ao financiamento	Taxa de execução do Plano de Acção	Plano de Acção	Disponibilidade Técnica

### III – ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DO PDS

Na perspectiva da intervenção, a orientação estratégica do PDS passa pela definição dos Eixos Estratégicos e os Vectores que têm como função comum permitir uma leitura agregadora e sistematizadora da nuvem de problemas dentro da problemática, definindo-se uma grelha de leitura. Esta “grelha” permite a passagem do diagnóstico ao plano.

Passamos a definir os conceitos de Eixo, Vectores, Estratégico, Estratégia e as Linhas de orientação, como modo de melhor se perceber a amplitude da intervenção apresentadas neste instrumento operativo.

**Eixo** significa uma linha de intervenção definida a partir das prioridades do diagnóstico e como uma perspectiva de intervenção construída sobre uma problemática prioritária ou problema diagnosticado. Significa um comum fio condutor ou elemento lógico numa intervenção determinada.

Este elemento lógico enquadra os vectores que são dimensões específicas de intervenção dentro do eixo.

Os **Vectores** são linhas de força (variáveis motrizes) ou especificações técnicas para a intervenção que fazem a ponte entre os eixos (dimensão lógica e enquadradora) e os projectos estratégicos que são concretas intervenções direccionadas para os problemas prioritários.

**Estratégico** já significa o que está integrado ou contribui para implementar uma estratégia. A estratégia corporiza-se num conjunto de opções técnicas em relação ao diagnóstico, ao posicionamento das instituições e recursos, da priorização em função das mudanças desejáveis e modelos de intervenção.

A estratégia define um instrumento de decisão e avaliação do que é estratégico (por estar de acordo com essas opções) permitindo direccionar e organizar a intervenção numa perspectiva coerente e claramente orientada.

“A estratégia é o suporte técnico comum para um conjunto de acordos e opções de acção partilhadas entre os parceiros.”

Portanto, a **Estratégia** é um caminho ou percurso (de intervenções ou projectos) definido a partir de uma visão global partilhada entre o diagnóstico de partida e a visão de mudança desejada.

As **Linhas de orientação estratégica** são componentes da estratégia definida. Podem ser elementos da construção da estratégia; (por exemplo opções técnicas/modelos de intervenção) ou opções de intervenção tipificando projectos ou intervenções.

Fonte: Consultor Mestre António Batista.

## EIXO I

*“Respostas integradas de proximidade”*

**3.1. - RESPOSTAS INTEGRADAS DE PROXIMIDADE – Eixo I**

Problemas Sociais Identificados	Problemas Sociais Prioritários
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alcoolismo</li>   <li>▪ Jovens com Comportamento de Risco</li>   <li>▪ Famílias Desestruturadas: mais especificamente Crianças em Risco nas Famílias Disfuncionais</li>   <li>▪ Acessibilidades Físicas e Sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alcoolismo Sénior e Alcoolismo Júnior</li>   <li>▪ Jovens com Comportamento de Risco</li>   <li>▪ Crianças em Risco nas Famílias Disfuncionais</li>   <li>▪ Acessibilidades Físicas e Sociais</li> </ul>

### **3.1.1. MPACTOS ESTRATÉGICOS - Alcoolismo Junior**

<b>Tipologia de Intervenção</b>	<b>Intervenção Prioritária</b>	<b>Impacto Esperado</b>	<b>Indicadores</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Atelier Ocupacionais</li> <li>❖ Criar Espaços de lazer alternativos para jovens</li> <li>❖ Programa de Tempos Livres Saudáveis (promovendo e relação escola/família)</li> <li>❖ Incentivo de práticas desportivas</li> <li>❖ Actividades de educação para a saúde/prevenção de alcoolismo (articular com a CRAC) para crianças e jovens</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Espaços de lazer alternativos para os jovens</li> <li>❖ Projectos, programas de esclarecimento e prevenção do alcoolismo nas escolas</li> <li>❖ Programas de combate ao consumo do álcool</li> <li>❖ Ateliers ocupacionais</li> <li>❖ Dinamizar espaços recreativos, desportivos, culturais já existentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Promover junto dos jovens opções por estilos de vida saudáveis</li> <li>❖ Dar cobertura de respostas específicas para o alcoolismo</li> <li>❖ Desenraizamento de ideias que valorizam o álcool</li> <li>❖ Despertar os jovens para o problema da dependência alcoólica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Taxa de consumo de álcool juvenil</li> <li>❖ Número de espaços de consumo alternativos</li> <li>❖ Número de respostas criadas</li> </ul>

### **3.1.2. IMPACTOS ESTRATÉGICOS - Alcoolismo Sénior**

<b>Tipologia de Intervenção</b>	<b>Intervenção Prioritária</b>	<b>Impacto Esperado</b>	<b>Indicadores</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Sessões de prevenção com ateliers ocupacionais</li> <li>❖ Unidades de internamento</li> <li>❖ Equipa de Alcoologia especializada</li> <li>❖ Criação do grupo Alcoólicos Anónimos</li> <li>❖ Programas de promoção da saúde</li> <li>❖ Programa de tempos livres saudáveis ( Práticas desportivas)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Projecto de prevenção do alcoolismo</li> <li>❖ Actividades/ sessões de esclarecimento com o Centro Regional de Alcoologia de Coimbra para jovens e adultos</li> <li>❖ Dinamização dos espaços recreativos, desportivos e culturais já existentes</li> <li>❖ Ateliers ocupacionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Promover junto dos adultos competências de controlo de consumo do álcool</li> <li>❖ Cobrir as respostas específicas para o alcoolismo</li> <li>❖ Diminuir a incidência de casos de alcoolismo</li> <li>❖ Melhorar os estilos de vida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Taxa de Consumo de álcool</li> <li>❖ Número de casos de alcoolismo identificados no rendimento social de inserção</li> </ul>

### ***3.1.3. IMPACTOS ESTRATÉGICOS – Jovens com Comportamentos de Risco***

<b>Tipologia de Intervenção</b>	<b>Intervenção Prioritária</b>	<b>Impacto Esperado</b>	<b>Indicadores</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Sessões de Educação Sexual para jovens nas escolas</li> <li>❖ Gabinete de apoio aos jovens nas escolas</li> <li>❖ Sessões de Prevenção da SIDA c/ a Abraço</li> <li>❖ Programas Integrados de ocupação de tempos livres para jovens</li> <li>❖ Promoção de consultas de planeamento familiar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Sessões de Educação Sexual nas escolas</li> <li>❖ Gabinete de apoio aos jovens nas escolas</li> <li>❖ Sessões de Prevenção sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Promover competências nos jovens perante comportamentos de risco</li> <li>❖ Consciencializar os jovens para esta temática/responsabilizá-los</li> <li>❖ Promover e incentivar o uso do preservativo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Taxa de Participação nas sessões</li> <li>❖ Cobertura de distribuição de preservativos</li> </ul>

### **3.1.4. IMPACTOS ESTRATÉGICOS - Crianças em Risco nas Famílias Disfuncionais**

<b>Tipologia de Intervenção</b>	<b>Intervenção Prioritária</b>	<b>Impacto Esperado</b>	<b>Indicadores</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Equipa Multidisciplinar de acompanhamento psicossocial</li> <li>❖ Projecto de Intervenção individual de modo a diagnosticar mais facilmente casos de crianças em risco</li> <li>❖ Articulação técnicos da escola, centro de saúde e serviços sociais (trabalho em equipa)</li> <li>❖ Intervenção em projectos de animação (apoio na animação de espaços lúdicos)</li> <li>❖ Potencializar os recursos e as energias locais/ distritais</li> <li>❖ Programas de promoção da educação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Projecto de intervenção individual de modo a diagnosticar mais facilmente e rapidamente casos de crianças em risco</li> <li>❖ Entrada em funcionamento de equipas multidisciplinares de acompanhamento psicossocial</li> <li>❖ Articulação técnicos da escola, centro de saúde e serviços sociais (trabalho em equipa)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Promover a estabilidade afectiva</li> <li>❖ Promover comportamentos adaptativos</li> <li>❖ Promover o desenvolvimento saudável das crianças</li> <li>❖ Contribuir para o desenvolvimento integral e sustentado da criança</li> <li>❖ Garantir a defesa e promoção dos seus direitos</li> <li>❖ Contribuir para a integração familiar e sócio educativa das crianças em risco</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Taxa de sucesso escolar</li> <li>❖ Nível de comportamentos adaptativos</li> </ul>



### 3.1.5. IMPACTOS ESTRATÉGICOS - Acessibilidades Física e Social

Tipologia de Intervenção	Intervenção Prioritária	Impacto Esperado	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Empresa Municipal/Mista</li> <li>❖ Transportes Municipais/ Social</li> <li>❖ Reestruturação dos serviços de transportes existentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Empresa Municipal/Mista</li> <li>❖ Transportes Municipais/Social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Garantir o acesso da população a recursos e serviços, em caso de necessidade</li> <li>❖ Combater o isolamento da população, especialmente a idosa</li> <li>❖ Responder positivamente às necessidades da comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Taxa de recusa de oferta de emprego por falta de transportes (I.E.F.P e R.S.I)</li> </ul>

### 3.1.6. VECTORES ESTRATÉGICOS

#### VECTORES ESTRATÉGICOS – EIXO I – RESPOSTAS INTEGRADAS DE PROXIMIDADE

VECTOR	PROJECTOS ESTRATÉGICOS	INTERVENÇÕES EM CURSO	INTERVENÇÕES PREVISTAS E PLANEADAS
1.1. Suporte à estruturação familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ateliers ocupacionais para inserção de casos problemáticos</li> <li>-Centro comunitário</li> <li>-Espaços de apoio à família</li> <li>-Casa da juventude para tempos livres para jovens e adolescentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aulas de Hidroginástica</li> <li>Aulas de Foomsal</li> <li>Aulas de Ginástica</li> </ul>	<p style="text-align: center;">Casa da Cultura “Escolinha da Natação” (objectivo desenvolver natação federada no Concelho)</p>
1.2. Prevenção de comportamentos de risco	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Carta Municipal de comportamentos saudáveis</li> <li>- Rede Municipal de equipamentos promotores de saúde</li> </ul>		

## EIXO II

### *“Qualidade Habitacional”*

### 3.2. - QUALIDADE HABITACIONAL

Problemas Sociais Identificados	Problemas Sociais Prioritários
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Habitação               <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Cara e Inacessível</li> <li>→ Degradada/ em Más Condições</li> </ul> </li> <li>▪ Incentivos à recuperação da habitação</li> <li>▪ Loteamentos a custos controlados</li> <li>▪ Loteamentos por freguesias</li> <li>▪ Reunião com a equipa do PDM</li> <li>▪ Recuperação habitacional (levantamento)</li> <li>▪ Desemprego</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Habitação               <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Cara e Inacessível</li> <li>→ Degradada/ em Más Condições</li> </ul> </li> </ul>

### 3.2.1. IMPACTOS ESTRATÉGICOS

Tipologia de Intervenção	Intervenção Prioritária	Impacto Esperado	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Loteamentos nas freguesias para auto – construção com infra – estruturas e projectos</li> <li>❖ Incentivos à recuperação da habitação</li> <li>❖ Loteamentos a custos controlados</li> <li>❖ Reunião com a equipa do PDM</li> <li>❖ Programa de incentivo à construção e habitação para jovens casais em idade activa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Loteamentos a custos controlados</li> <li>❖ Programas de incentivo à construção e habitação para jovens casais em idade activa</li> <li>❖ Loteamentos nas freguesias para auto – construção com infra – estruturas e projectos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Fixação da população em idade activa residente e enraizada no Concelho</li> <li>❖ Dinamizar o mercado do arrendamento</li> <li>❖ Promover soluções de habitação com versatilidade e de qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ N° de casais com residência fixa no Concelho de Pedrógão Grande</li> <li>❖ N° de licenças de construção</li> <li>❖ N° de loteamentos</li> <li>❖ N° de fogos sociais</li> </ul>

### 3.1.2. IMPACTOS ESTRATÉGICOS

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO	INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA	IMPACTO ESPERADO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Promoção de cursos de recuperação/ reabilitação de habitações</li> <li>❖ Cursos de formação de construção civil (IEFP/ETPZP)</li> <li>❖ Incentivos à recuperação da habitação</li> <li>❖ Reunião com a equipa do PDM</li> <li>❖ Cursos para recuperação de habitações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Promoção de cursos de recuperação/requalificação</li> <li>❖ Cursos de formação de construção civil (IEFP/ETPZP)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Garantir a qualidade habitacional</li> <li>❖ Criação de condições de reabilitação do património habitacional</li> <li>❖ Promover soluções de habitação com versatilidade e de qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ N° Habitação em ruínas</li> <li>❖ N° Habitação degradada</li> <li>❖ N° Habitação destruída</li> <li>❖ N° Sobrelotação</li> <li>❖ N° Insalubridade</li> <li>❖ N° Ausência de Infra estruturas</li> </ul>

### **3.2.3. VECTORES ESTRATÉGICOS**

<b>VECTOR</b>	<b>PROJECTOS ESTRATÉGICOS</b>	<b>INTERVENÇÕES EM CURSO</b>	<b>INTERVENÇÕES PREVISTAS E PLANEADAS</b>
2.1. – Reabilitação das habitações degradadas	2.1.1. - Cursos teórico prático de construção civil com trabalho de terreno 2.1.2. – Candidatura municipal ao Programa “Prohabita”		Licenciamento de casas de habitação a custos controlados
2.2. – Atracção populacional pela a oferta de habitação apoiada	2.2.1. – Conselho de Mecenato de Emigrantes para apoio da recuperação das habitações degradadas 2.2.2. – Programa Municipal de incentivo à fixação de Técnicos		

### **EIXO III**

### ***“CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS EXTERNAS”***



### **3.3. - CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS EXTERNAS**

<b>Problemas Sociais Identificados</b>	<b>Problemas Sociais Priorizados</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Falta de oportunidade de emprego</li><li>▪ Tecido industrial incipiente</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Tecido industrial incipiente</li></ul>



### 3.3.1. IMPACTOS ESTRATÉGICOS

Tipologia de Intervenção	Intervenção Prioritária	Impacto Esperado	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Orientação profissional</li> <li>❖ Rever cursos técnico profissionais</li> <li>❖ Levantamento das potencialidades do Concelho</li> <li>❖ Observatório do Desenvolvimento Social do Concelho</li> <li>❖ Concertação de esforços na formação</li> <li>❖ Plano integrado de turismo</li> <li>❖ Unidade de valorização da matéria – prima (pavilhão de transformação da matéria)</li> <li>❖ Centrais de Bio massa de combustão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Infra – estruturação de Pavilhões Industriais</li> <li>❖ Plano integrado de turismo</li> <li>❖ Unidade de valorização da matéria – prima (Pavilhão de transformação da matéria)</li> <li>❖ Centrais de Bio massa por combustão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Garantir a empregabilidade qualificada e sustentável</li> <li>❖ Criar rede de respostas que garantam oportunidades de qualificação profissional</li> <li>❖ Promover o acesso a um emprego duradouro e de qualidade</li> <li>❖ Promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Número de postos de trabalho criados ao nível IV e V</li> <li>❖ Número de empresas criadas nos CAES tecnológicos</li> </ul>

### 3.3.2. VECTORES ESTRATÉGICOS

VECTOR	PROJECTOS ESTRATÉGICOS	INTERVENÇÕES EM CURSO	INTERVENÇÕES PREVISTAS E PLANEADAS
3.1. – Desenvolvimento das potencialidades locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Observatório do Desenvolvimento Social do Concelho</li> <li>– Gabinete de Apoio Técnico aos Produtores Locais</li> <li>– Protocolos com o Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior Agrária de Coimbra, Instituto Politécnico de Castelo Branco</li> <li>– Protocolos com os Empresários e Universidades Espanholas (Salamanca)</li> <li>– Fundo Municipal de Apoio ao Investimento</li> <li>– Projectos candidatáveis ao Leader</li> <li>– Empresa Municipal de Animação Turística</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Protocolo “Finicia” com o IAPMEI/Pinhais do Zêzere</li> <li>– Protocolo para Micro crédito aos jovens com o IAPMEI/ANJE/ANDC/ IEFP</li> <li>– Formação para activos desempregados no âmbito da restauração promovido pela ETPZP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Candidatura ao Programa Piter</li> <li>Construção de um Parque Industrial na Zona Norte do Concelho</li> </ul>

## **EIXO IV**

### **“Respostas Escolares Profissionalizantes”**

### 3.4. - CENTRO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA

Problemas Sociais Identificados	Problemas Sociais Priorizados
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Insucesso escolar</li><li>▪ Falta de expectativas socioprofissionais</li><li>▪ Alunos sem projecto de vida</li><li>▪ Expectativas inadequadas para famílias</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Alunos sem projecto de vida</li></ul>

### 3.4.1. IMPACTOS ESTRATÉGICOS

Tipologia de Intervenção	Intervenção Prioritária	Impacto Esperado	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Projecto integrado de educação/formação</li> <li>❖ Equipas de sinalização e intervenção nas escolas</li> <li>❖ Feira das profissões</li> <li>❖ Dinamização de cursos/currículos técnico profissionais</li> <li>❖ Orientação vocacional profissional</li> <li>❖ Promover cursos de educação/formação</li> <li>❖ Centro de recursos, dinamização de conteúdos/currículos técnico profissionais</li> <li>❖ Sistematização de procedimentos s/abandono escolar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Feira das profissões</li> <li>❖ Dinamização de cursos/currículos técnico profissionais</li> <li>❖ Orientação vocacional profissional</li> <li>❖ Promover cursos de educação/formação</li> <li>❖ Centro de recursos, dinamização de conteúdos/currículos técnico profissionais</li> <li>❖ Sistematização de procedimentos s/abandono escolar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Promover a educação</li> <li>❖ Aumento da oferta de cursos técnico profissionais</li> <li>❖ Aumentar os níveis de sucesso escolar</li> <li>❖ Diminuir o índice de abandono escolar</li> <li>❖ Alunos do Concelho com competências de inserção na vida activa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Nível de competências técnico profissionais</li> <li>❖ Nível de contacto com as profissões</li> </ul>

### 3.4.2. VECTORES ESTRATÉGICOS

VECTOR	PROJECTOS ESTRATÉGICOS	INTERVENÇÕES EM CURSO	INTERVENÇÕES PREVISTAS E PLANEADAS
4.1. – Currículos Escolares Profissionalizantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Cursos de Educação e Formação (CEF) de Base Tecnológica</li> <li>– Sistemas de Estágios nas Empresas</li> <li>– Projecto de Orientação Vocacional</li> <li>– Sistema de Tutoria de Apoio ao Sucesso Escolar</li> <li>– Clube de Famílias (espaço de orientação vocacional)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Cursos de Educação e Formação (CEF) de Base Tecnológica</li> <li>-Gabinete de Psicologia</li> <li>- Orientação vocacional - na Escola B.2,3/Sec. Miguel Leitão de Andrada</li> </ul>	

## IV

### ARTICULAÇÃO E PLANEAMENTO INTEGRADO



## IV - ARTICULAÇÃO E PLANEAMENTO INTEGRADO

### 4.1. Relação entre os Programas Nacionais e PDS

#### 4.1.1. - PDS/ Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006/2008 (PNAI)

Inscreve-se hoje no estratégico programa de desenvolvimento da União Europeia e de cada um dos Estados Membros a luta contra a exclusão social e a pobreza.

A adopção de um conjunto de medidas à escala nacional e europeia, representa a comum vontade do combate por políticas inclusivas.

Uma dessas medidas é aquela que determina a elaboração de Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, que fixa objectivos e metas quantificadas nos vários sectores, durante um período de dois anos.

Assim, com o PNAI de 2006-2008, orientações novas surgem, e que pretende:

- a) **Responder** à implementação fraca dos Planos Nacionais;
- b) **Melhorar** a coordenação com outras estratégias;
- c) **Aumentar** o “focus” estratégico, promover o “mainstreaming” e a coordenação;
- d) **Manter e reforçar** a abordagem multidimensional;
- e) **Fortalecimento** de mecanismos de Governância;
  - Envolver** todos os relevantes actores;
  - Aumentar** a consciencialização pública;
  - Articulação** local, regional e nacional;
- f) **Melhorar** os mecanismos de monitorização e avaliação:
  - Avaliar o impacto das medidas;
  - Melhorar os dados estatísticos;
- g) **Impulsionar** o intercâmbio de conhecimentos e aprendizagens.

Para além de reafirmar a importância da dimensão social, coesão e inclusão social, há um enfoque importante na efectiva implementação dos Planos (ao nível local e regional), com a participação/mobilização de todos os relevantes actores.



Neste documento definidos serão os objectivos globais e os objectivos para a Inclusão Social:

### **Objectivos Globais:**

a) Promover a igualdade de oportunidades e a coesão social para todos, através de políticas de inclusão social e sistemas adequados de protecção social, acessíveis, financeiramente viáveis e eficientes

b) De perto interagir com os objectivos de crescimento económico maior e melhores e mais empregos fixados em Lisboa e com a estratégia de desenvolvimento sustentável da UE

c) Reforçar a governação, a participação e a transparência dos agentes relevantes na concepção, aplicação e acompanhamento das políticas

### **Objectivos (Inclusão Social):**

a) Garantir a todos o acesso aos recursos, direitos e serviços sociais básicos, necessários à participação na sociedade, e simultaneamente procuram-se respostas para formas extremas de exclusão e se combatem todas as discriminações que conduzem à exclusão

b) Garantir a todos a inclusão social activa através da promoção e da participação no mercado de trabalho e do combate à exclusão e à pobreza das pessoas e dos grupos mais marginalizados

c) Garantir que são bem coordenadas as políticas de inclusão social e contam com o desenvolvimento de todos os níveis do governo e agentes pertinentes (incluindo quem vive na pobreza), que são integradas e eficientes em todas as relevantes políticas públicas, designadamente as de cariz económico e orçamental, de educação e formação

e os programas dos fundos estruturais (nomeadamente o FSE), e que em conta têm a perspectiva da igualdade entre os homens e as mulheres.

A concepção e elaboração do **PNAI português** teve em consideração quer este novo enquadramento global, quer as recomendações efectuadas pela Comissão Europeia na sequência da avaliação<sup>4</sup> dos anteriores Planos no sentido de promover uma maior focalização estratégica e coerência; de reforçar o sistema de informação, monitorização e avaliação das políticas e medidas; de demonstrar compromisso político ao nível do *mainstreaming* da inclusão social em todas as políticas relevantes e assegurar e reforçar a continuidade do trabalho em parceria, com clara definição de responsabilidades, em todas as fases do processo (concepção, implementação, monitorização e avaliação). Foi ainda salientada a necessidade de reforçar o programa Rede Social, investindo nas suas potencialidades de implementação concertada de medidas de política ao nível local e de articulação entre os níveis nacional e local.

Articulação PDS/ Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006/2008 (PNAI)

Projectos Estruturantes do PDS	Objectivos do PNAI 2006/2008		
	Promover a igualdade de oportunidades e a coesão social para todos	De perto interagir com os objectivos de crescimento económico maior e melhores e mais empregos	Reforçar a governação, a participação e a transparência dos agentes relevantes na concepção, aplicação e acompanhamento das políticas
<p>Projecto Estruturante I:  <b>Equipa integrada de intervenção ao domicílio</b>  <b>Objectivo Geral:</b>            As famílias problemáticas sinalizadas no Concelho têm acesso a apoio técnico para projectos de mudança  <b>Objectivo Estratégico:</b>            1.1 - Em 2009, o Concelho está coberto por uma equipa multidisciplinar de intervenção de proximidade</p>	X	X	X
<p>Projecto Estruturante II:  <b>Loteamentos a custos controlados</b>  <b>Objectivo Geral:</b> Até 2011, exista uma rede industrial e habitacional de qualidade a custos controlados  <b>Objectivo Estratégico:</b> 2.1. – Em 2011, o Concelho está coberto por uma medida camarária que beneficia pessoas particulares e entidades privadas a fixarem-se neste local</p>	X	X	X
<p>Projecto Estruturante III:  <b>Parque Temático (Inter)municipal</b>  <b>Objectivo Geral:</b> Até 2011, existe investimento estruturante para a empregabilidade do Concelho na área do Turismo  <b>Objectivo Estratégico:</b>            3.1. - Em 2010 o Parque Temático (Inter)municipal está em fase de arranque            3.2. - Em 2009, o Parque Temático (Inter)municipal está candidatado no QREN</p>	X	X	X
<p>Projecto Estruturante IV:  <b>Centro de recursos tecnológicos para a comunidade educativa</b>  <b>Objectivo Geral:</b>            Em 2011, o Concelho atinja um nível de oferta tecnológica em áreas prioritárias  <b>Objectivo Estratégico:</b>            4.1. - Em 2009, esteja em fase de arranque o Centro promotor de Tecnologia e Empreendedorismo</p>	X	X	X

#### 4.1.2. – PDS/Plano Director Municipal (PDM)

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território são instrumentos de natureza regulamentar, aprovados pelos Municípios, nos termos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro e têm por objectivo a Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

O Plano Director Municipal estabelece como modelo a estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local continuada, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respectiva área de intervenção, indispensáveis à elaboração de estudos da situação concelhia e definição de cenários de desenvolvimento para o horizonte do plano, designadamente:

- A evolução e distribuição espacial da população;
- A estrutura etária;
- A hierarquia dos aglomerados.

São objectivos do Plano Director Municipal:

- a) Concretizar uma política de ordenamento do território que garanta as condições para um desenvolvimento sócio - económico equilibrado;
- b) Definir princípios, regras de uso, ocupação e transformação do solo que consagrem uma utilização racional dos espaços;
- c) Promover uma gestão criteriosa dos recursos naturais, salvaguardar os valores naturais e culturais da área do município e garantir a melhoria da qualidade de vida das populações.

Neste momento, o PDM de Pedrógão Grande encontra-se em processo de revisão.

## Articulação PDS/Plano Director Municipal (PDM)

Projectos Estruturantes do PDS	Objectivos do PDM		
	Concretizar uma política de ordenamento do território que garanta as condições para um desenvolvimento sócio - económico equilibrado	Definir princípios, regras de uso, ocupação e transformação do solo	Promover uma gestão criteriosa dos recursos naturais, salvaguardar os valores naturais e culturais da área do município e garantir a melhoria da qualidade de vida das populações
Projecto Estruturante I: <b>Equipa integrada de intervenção ao domicílio</b> <b>Objectivo Geral:</b> As famílias problemáticas sinalizadas no Concelho têm acesso a apoio técnico para projectos de mudança <b>Objectivo Estratégico:</b> 1.1 - Em 2009, o Concelho está coberto por uma equipa multidisciplinar de intervenção de proximidade	X		
Projecto Estruturante II: <b>Loteamentos a custos controlados</b> <b>Objectivo Geral:</b> Até 2011, exista uma rede industrial e habitacional de qualidade a custos controlados <b>Objectivo Estratégico:</b> 2.1. – Em 2011, o Concelho está coberto por uma medida camarária que beneficia pessoas particulares e entidades privadas a fixarem-se neste local	X	X	X
Projecto Estruturante III: <b>Parque Temático (Inter)municipal</b> <b>Objectivo Geral:</b> Até 2011, existe investimento estruturante para a empregabilidade do Concelho na área do Turismo <b>Objectivo Estratégico:</b> 3.1. - Em 2010 o Parque Temático (Inter)municipal está em fase de arranque 3.2. - Em 2009, o Parque Temático (Inter)municipal está candidatado no QREN	X	X	X
Projecto Estruturante IV: <b>Centro de recursos tecnológicos para a comunidade educativa</b> <b>Objectivo Geral:</b> Em 2011, o Concelho atinja um nível de oferta tecnológica em áreas prioritárias <b>Objectivo Estratégico:</b> 4.1. - Em 2009, esteja em fase de arranque o Centro promotor de Tecnologia e Empreendedorismo	X	X	X

#### 4.1.3. – PDS/Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 (PNACE)

O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 é um referencial de governação estratégica que visa assegurar crescimento económico e criação de emprego, num quadro de sustentabilidade das contas públicas, coesão social, competitividade, e desenvolvimento sustentável.

Constitui-se assim como **um programa de iniciativa pública cuja concretização se fará em parceria activa com a sociedade civil e com a iniciativa privada** e em que as políticas públicas se assumem como catalizadoras do processo de modernização e mudança.

O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 é um programa integrado e pragmático que, no contexto da União Europeia, Portugal desenvolve face aos desafios postos pela economia e pela sociedade globalizada em que tem que se afirmar e quer competir.

O programa surge como uma resposta global às linhas de orientação aprovadas pelo Conselho Europeu, nas suas dimensões macroeconómica, micro económica e de emprego.

Face aos desafios colocados pela visão e pela estratégia e tendo em conta o quadro contextual de partida, as linhas de orientação aprovadas pelo Conselho Europeu e as recomendações da Comissão Europeia formuladas no quadro das reuniões de trabalho bilaterais, são as seguintes as prioridades para a aplicação da Estratégia de Lisboa a Portugal, no âmbito do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008:

### **PRIORIDADES**

#### **Domínio Macroeconómico**

1. Fomentar o crescimento, consolidar as contas públicas e controlar o deficit externo.
2. Reorientar a aplicação dos recursos públicos, priorizando os investimentos indutores de crescimento e criadores de emprego.
3. Garantir a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção social.



4. Desburocratizar os procedimentos no âmbito da função reguladora e fiscalizadora do Estado e melhorar as condições de livre concorrência.
5. Promover a concertação estratégica no domínio das relações laborais e das grandes opções de desenvolvimento do país.
6. Retomar um processo de convergência real com os níveis médios de rendimento da União Europeia.

### **Domínio Micro económico**

1. Criar um ambiente de negócios mais atractivo para a iniciativa privada num contexto de regulação reforçada, desburocratizando procedimentos e desenvolvendo a cultura empresarial.
2. Incrementar o investimento em investigação e desenvolvimento, quer de origem pública quer de origem privada e promover a incorporação dos resultados nos processos produtivos, aumentando a competitividade das empresas portuguesas.
3. Promover a inovação, disseminar o acesso às tecnologias da informação de forma inclusiva, explorar vantagens competitivas e reforçar a capacidade de criação de valor pelas empresas.
4. Melhorar a eficiência dos mercados e, em particular, a regulamentação dos serviços, garantindo maior concorrência efectiva, maior competitividade e acesso a “inputs” produtivos em condições mais favoráveis.
5. Promover um uso mais sustentável dos recursos naturais.
6. Preservar um Estado Social dinâmico e evolutivo, promovendo a coesão social, territorial e ambiental.

### **Domínio da Qualificação, Emprego e Coesão Social**

1. Reforçar a educação e a qualificação dos portugueses e adaptar os sistemas de educação e formação às necessidades de criação de novas competências.
2. Promover a criação de emprego e atrair e reter o maior número de pessoas no emprego, prevenindo e combatendo o desemprego, nomeadamente de jovens e de longa duração.



3. Gerir de forma preventiva e precoce os processos de reestruturação e deslocalização empresarial.
4. Promover a flexibilidade com segurança no emprego num quadro de reforço do diálogo e concertação social.
5. Modernizar o Sistema de Protecção Social.
6. Desenvolver o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos, a reabilitação e a reinserção, a conciliação entre a vida social e profissional e a igualdade de género.

Articulação PDS/Plano Nacional de Acção para o Crescimento e para o Emprego  
2005/2008

Projectos Estruturantes do PDS	Objectivos do PNACE		
	Domínio Macroeconómico	Domínio Micro económico	Domínio da Qualificação, Emprego e Coesão Social
Projecto Estruturante I: <b>Equipa integrada de intervenção ao domicílio</b> <b>Objectivo Geral:</b> As famílias problemáticas sinalizadas no Concelho têm acesso a apoio técnico para projectos de mudança <b>Objectivo Estratégico:</b> 1.1 - Em 2009, o Concelho está coberto por uma equipa multidisciplinar de intervenção de proximidade			X
Projecto Estruturante II: <b>Loteamentos a custos controlados</b> <b>Objectivo Geral:</b> Até 2011, exista uma rede industrial e habitacional de qualidade a custos controlados <b>Objectivo Estratégico:</b> 2.1. – Em 2011, o Concelho está coberto por uma medida camarária que beneficia pessoas particulares e entidades privadas a fixarem-se neste local		X	X
Projecto Estruturante III: <b>Parque Temático (Inter)municipal</b> <b>Objectivo Geral:</b> Até 2011, existe investimento estruturante para a empregabilidade do Concelho na área do Turismo <b>Objectivo Estratégico:</b> 3.1. - Em 2010 o Parque Temático (Inter)municipal está em fase de arranque 3.2. - Em 2009, o Parque Temático (Inter)municipal está candidatado no QREN	X	X	X
Projecto Estruturante IV: <b>Centro de recursos tecnológicos para a comunidade educativa</b> <b>Objectivo Geral:</b> Em 2011, o Concelho atinja um nível de oferta tecnológica em áreas prioritárias <b>Objectivo Estratégico:</b> 4.1. - Em 2009, esteja em fase de arranque o Centro promotor de Tecnologia e Empreendedorismo	X	X	X

#### 4.1.4. – PDS/ Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007/2013

No Conselho Europeu de Dezembro de 2005, o Governo conseguiu alcançar para Portugal um assinalável êxito no processo da negociação comunitária das perspectivas financeiras para o período de 2007-2013. Abriu-se assim o caminho para manter ritmos significativos de investimento nas áreas que o País considera estratégicas para aceder a níveis elevados e sustentáveis de desenvolvimento.

Torna-se agora urgente estruturar a forma como o País se vai organizar para utilizar com eficácia o novo ciclo de fundos comunitários e definir as linhas mestras que devem presidir à operacionalização desses fundos. O principal instrumento para alcançar este objectivo é o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Com efeito, o QREN é o documento de direcção estratégica e operacional dos instrumentos financeiros de carácter estrutural que apoiam a concretização de componentes importantes da política de desenvolvimento de Portugal no período de 2007 a 2013.

Estas orientações políticas tomam em consideração a prossecução das seguintes prioridades estratégicas nacionais por parte do QREN e de todos os PO:

- a) Promover a qualificação dos portugueses, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade;
- b) Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;
- c) Garantir a coesão social actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como a reabilitação e reinserção social, a conciliação entre a vida social e profissional, e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social;

d) Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, prevenir riscos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a vontade de reduzir assimetrias regionais de desenvolvimento;

e) Aumentar a eficiência da governação privilegiando, através de intervenções transversais nos diversos PO relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas, melhorar a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.

Articulação PDS/ Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007/2013

Projectos Estruturantes do PDS	Prioridades do QREN				
	Promover a qualificação dos portugueses	Promover o crescimento sustentado	Garantir a Coesão social	Assegurar a qualificação do território e das cidades	Aumentar a eficiência da governação
<p>Projecto Estruturante I:  <b>Equipa integrada de intervenção ao domicílio</b>  <b>Objectivo Geral:</b>                      As famílias problemáticas sinalizadas no Concelho têm acesso a apoio técnico para projectos de mudança  <b>Objectivo Estratégico:</b>                      1.1 - Em 2009, o Concelho está coberto por uma equipa multidisciplinar de intervenção de proximidade</p>			X		X
<p>Projecto Estruturante II:  <b>Loteamentos a custos controlados</b>  <b>Objectivo Geral:</b> Até 2011, exista uma rede industrial e habitacional de qualidade a custos controlados  <b>Objectivo Estratégico:</b> 2.1. – Em 2011, o Concelho está coberto por uma medida camarária que beneficia pessoas particulares e entidades privadas a fixarem-se neste local</p>		X			
<p>Projecto Estruturante III:  <b>Parque Temático (Inter)municipal</b>  <b>Objectivo Geral:</b> Até 2011, existe investimento estruturante para a empregabilidade do Concelho na área do Turismo  <b>Objectivo Estratégico:</b>                      3.1. - Em 2010 o Parque Temático (Inter)municipal está em fase de arranque                      3.2. - Em 2009, o Parque Temático (Inter)municipal está candidatado no QREN</p>		X		X	X
<p>Projecto Estruturante IV:  <b>Centro de recursos tecnológicos para a comunidade educativa</b>  <b>Objectivo Geral:</b>                      Em 2011, o Concelho atinja um nível de oferta tecnológica em áreas prioritárias  <b>Objectivo Estratégico:</b>                      4.1. - Em 2009, esteja em fase de arranque o Centro promotor de Tecnologia e Empreendedorismo</p>	X	X	X	X	X

#### 4.1.5. – PDS/ Plano Tecnológico

As medidas do Plano Tecnológico encontram-se organizadas em três eixos de acção:

##### **Eixo n.º 1 - «Conhecimento - Qualificar os Portugueses para a sociedade do conhecimento»:**

Em Portugal, uma das principais barreiras ao desenvolvimento é o défice de conhecimento.

A sustentabilidade de uma estratégia de desenvolvimento económico apoiada no conhecimento, tecnologia e inovação dependerá criticamente da superação dos graves atrasos nos níveis de qualificação dos portugueses e o seu acesso à informação.

Assim, fomentar medidas estruturais vocacionadas para **qualificar** os portugueses - elevando os níveis educativos médios da população e estimulando uma aprendizagem abrangente e diversificada ao longo da vida - e mobilizar Portugal para a **Sociedade da Informação** serão preocupações centrais do Plano Tecnológico.

Este desafio obriga, em primeiro lugar, a **estruturar uma oferta** de cursos de educação e formação susceptível de proporcionar o envolvimento de um número crescente de pessoas em percursos qualificantes em fases diferenciadas das suas vidas e, complementarmente, a reunir condições que garantam o reforço da qualidade dessas ofertas.

O aumento do número de vagas, a diversificação dos cursos, a inovação curricular, o reconhecimento de competências adquiridas, o alargamento da rede e perfil de promotores, a instituição de dispositivos de certificação da qualidade mais afinados, a introdução de **critérios de financiamento que distingam resultados** são algumas das linhas de actuação que permitirão melhorar a capacidade de resposta ao nível da oferta.

O objectivo pretendido exige, porém, que a actuação política se estenda à esfera da procura. Estimular a procura surge, neste plano, como condição de sucesso do trajecto traçado, uma vez que não basta instalar respostas, apresentando-se como primordial atender à importância de **mobilizar vontades**. No plano individual considera-se a necessidade de acentuar a importância da estratégia de qualificação como factor de

valorização das trajetórias sociais e profissionais. A sensibilização assume, por isso, grande importância.

## **Eixo n.º 2 - «Tecnologia - Vencer o atraso científico e tecnológico»**

O papel da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento social e económico tem sido crescentemente reconhecido durante as duas últimas décadas. São objectivos centrais no âmbito desta política, a aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico, o aumento das respectivas competências, a aposta na criação de emprego qualificado e indução de I&D nas empresas.

A apropriação social e económica do conhecimento científico e tecnológico, a par da produção de conhecimento novo e da incorporação e difusão de métodos e técnicas de base científica, assim como da promoção da cultura científica e tecnológica da população, serão grandes prioridades para vencer o atraso científico e tecnológico.

Deste modo, e de acordo com o programa do Governo, os grandes objectivos do Plano Tecnológico, neste Eixo, estarão associadas à solidificação da cultura científica, dando especial ênfase à área tecnológica e reforçando o número de investigadores em Portugal. A investigação científica e tecnológica tem que ser encarada como um dos pilares para uma nova sociedade, mais justa, desenvolvida e com um elevado nível de qualidade de vida. Para tal, o Estado deverá assegurar a existência de instituições reguladoras e de supervisão, assentes numa forte cultura e competência científica, que garantam a prevenção e a minimização dos riscos públicos e a segurança do País.

### **Eixo n.º 3 - «Inovação - Imprimir um novo impulso à inovação»**

Para assegurar níveis de crescimento sustentáveis no contexto da economia global, é necessário aumentar a adaptabilidade do tecido produtivo português, tornando-o mais permeável à inovação.

As empresas estão no centro do processo de inovação enquanto agentes que garantem a satisfação de mercados globais com novos processos, bens e serviços.

A maior ou menor permeabilidade aos benefícios do progresso tecnológico mundial depende, também, da qualidade das instituições e da qualidade da política económica no sentido de promover uma afectação eficiente de recursos.

Um sistema nacional de inovação abrange aspectos relacionados com a formação e criação de conhecimento (anteriormente referidos) e com a sua transferência e adopção por parte dos agentes económicos.



### Articulação PDS/ Plano Tecnológico (PT)

Projectos Estruturantes do PDS	Eixos de Acção do PT		
	Eixo n.º 1 «Conhecimento - Qualificar os Portugueses para a sociedade do conhecimento»	Eixo n.º 2 «Tecnologia - Vencer o atraso científico e tecnológico»	Eixo n.º 3 «Inovação - Imprimir um novo impulso à inovação».
Projecto Estruturante I: <b>Equipa integrada de intervenção ao domicílio</b> <b>Objectivo Geral:</b> As famílias problemáticas sinalizadas no Concelho têm acesso a apoio técnico para projectos de mudança <b>Objectivo Estratégico:</b> 1.1 - Em 2009, o Concelho está coberto por uma equipa multidisciplinar de intervenção de proximidade			
Projecto Estruturante II: <b>Loteamentos a custos controlados</b> <b>Objectivo Geral:</b> Até 2011, exista uma rede industrial e habitacional de qualidade a custos controlados <b>Objectivo Estratégico:</b> 2.1. – Em 2011, o Concelho está coberto por uma medida camarária que beneficia pessoas particulares e entidades privadas a fixarem-se neste local			
Projecto Estruturante III: <b>Parque Temático (Inter)municipal</b> <b>Objectivo Geral:</b> Até 2011, existe investimento estruturante para a empregabilidade do Concelho na área do Turismo <b>Objectivo Estratégico:</b> 3.1. - Em 2010 o Parque Temático (Inter)municipal está em fase de arranque 3.2. - Em 2009, o Parque Temático (Inter)municipal está candidatado no QREN	X		X
Projecto Estruturante IV: <b>Centro de recursos tecnológicos para a comunidade educativa</b> <b>Objectivo Geral:</b> Em 2011, o Concelho atinja um nível de oferta tecnológica em áreas prioritárias <b>Objectivo Estratégico:</b> 4.1. - Em 2009, esteja em fase de arranque o Centro promotor de Tecnologia e Empreendedorismo	X	X	X

## 4.2. – ARTICULAÇÃO INTER INSTITUCIONAL

Entre os variados sectores do Concelho, desde as IPSS's, Escolas, Associações, Empresas, Juntas de Freguesia, a articulação sectorial deve-se fazer de modo a possibilitar a criação de um Plano de Actividades, por cada sector, comum.

Para que esta articulação seja implementada cada um dos sectores deve entre si estabelecer uma estratégia de responsabilização: assim a IPSS será responsável por assegurar a Qualidade, as Escolas têm o compromisso de em conjunto planearem actividades e articularem com os serviços da comunidade.

As associações comprometem-se a fazer o planeamento das actividades em conjunto e partilharem os seus recursos, as Juntas de Freguesia assumem fazer um levantamento das necessidades junto da comunidade, servindo como elo de ligação entre esta e os recursos existentes (ceder transportes, recursos humanos, espaços físicos).

## V AVALIAÇÃO



## V – AVALIAÇÃO

### **Sistema de acompanhamento, monitorização, gestão e avaliação**

O Plano de Desenvolvimento Social, como instrumento de trabalho que direcciona estrategicamente a intervenção, pressupõe um sistema de acompanhamento, monitorização, gestão e avaliação.

Este sistema tem o objectivo de dinamizar a execução do plano, de o adaptar às novas realidades institucionais tornando-o um processo dinâmico e, também, de implicar de maneira activa e contratualizada com os parceiros, apoiando-os tecnicamente na implementação das actividades e nas decisões sobre o replaneamento e avaliação do plano.

O PDS implica processos activos de controlo e qualificação focalizando os parceiros num instrumento comum de trabalho que sirva de fio condutor à intervenção em rede. Este processo de acompanhamento, monitorização, avaliação e gestão pressupõe a identificação de recursos técnicos especializados entre os parceiros, a sua disponibilização nos momentos chave de decisão e um conjunto de processos técnicos padronizados.

Este sistema funciona como processo de aprendizagem e incorporação do conhecimento produzido na intervenção, qualificando as organizações e os intervenores do concelho. A dinâmica da intervenção em rede implica também elementos activadores e qualificadores que introduzam compromissos institucionais, ritmos e procedimentos estruturados de interacção institucional.

### **Acompanhamento**

O Acompanhamento será assegurado pela equipa técnica da Rede Social, sendo este um recurso atento às necessidades dos interlocutores, à identificação de recursos e à criação de canais de acesso para a partilha de informação (planos enquadradores da intervenção, abertura de candidaturas a programas ou medidas, formações, seminários, estatísticas, etc ...).

O processo de acompanhamento alimenta a capacidade dos parceiros com informação e procura estabelecer novas relações sempre que estas se verificarem como necessárias ao desenvolvimento das acções. É uma entidade facilitadora que coordena as intervenções em curso, que organiza e presta apoio logístico aos momentos de trabalho das intervenções integradas no PDS, promovendo as parcerias activas e participativas, dinamizando os grupos de trabalho, dando assim, um impulso continuado ao trabalho que se pretende desenvolver.

### **Monitorização**

A Monitorização é o procedimento que permite acompanhar e controlar o processo de intervenção de forma a identificar eventuais desvios face ao previsto, através da utilização de um sistema de registo. Este controlo incide geralmente no cumprimento do calendário, na realização das acções definidas e na utilização dos recursos previstos. Por vezes, pode dizer respeito ao acompanhamento dos impactos de determinadas intervenções ou medidas.

É um processo de apoio ao planeamento, que permite coordenar, imprimir coerência à intervenção, moderar possíveis conflitos, propor alternativas em caso de impasse, valorizar os contributos e o potencial de cada parceiro.

A Monitorização prevista neste domínio será a do Controlo da Execução das Acções previstas em Plano de Acção, sendo que a monitorização de impacto e dos resultados será realizada no Sistema de Informação.

### **Objectivos da Monitorização:**

- Avaliar o desvio entre as actividades previstas em Plano de Acção e as actividades realizadas;
- Construir e aplicar instrumentos de recolha, de sistematização e de retorno da informação;
- Accionar os mecanismos de decisão caso a avaliação detecte oportunidades ou insuficiências na execução do Plano;
- Diagnosticar necessidades e oportunidades da intervenção ao nível dos parceiros das instituições.

Indicadores: Os Indicadores de controlo sobre a execução são os que constam no Plano de Acção.

### **Avaliação**

“A avaliação é uma etapa transversal do processo de planeamento, sendo fundamental a este. Segundo o documento do Plano de Desenvolvimento Social do IDS, “a avaliação é irmã gémea do planeamento porque acompanha o processo de elaboração do PDS, podendo ser entendida como um elemento de aprendizagem para a parceria. Tal significa que a avaliação não serve para fiscalizar, nem apontar e punir culpados, devendo ser encarada como um momento de reflexão útil e como um instrumento imprescindível para o planeamento das intervenções subsequentes, identificando pontos de reorientação ou reforço das acções”.

A avaliação questiona e clarifica o Plano, é um processo dinâmico que permite a verificação da concretização dos objectivos, do impacto da acção e que leva à reflexão e à redefinição da intervenção. A avaliação das práticas técnicas e metodológicas pode ser um importante instrumento de capacitação e formação dos técnicos e por arrastamento de qualificação das instituições. A avaliação do PDS de Pedrógão Grande deverá decorrer de acordo com o modelo de Avaliação em Rede Organizacional (ARO) em seguida explicitado:

## **AVALIAÇÃO EM REDE ORGANIZACIONAL – ARO**

### **Modelo de AVALIAÇÃO DA REDE SOCIAL**

Avaliação no contexto de intervenção em rede.

A intervenção social em rede é um espaço de interacção pouco regulado e direccionado, onde os parceiros estabelecem os seus objectivos num ambiente negocial marcado pela proximidade, relação e partilha de interesses muitas vezes concorrenciais.

### **Tipologia de Avaliação**

O modelo de avaliação em rede organizacional é a avaliação participativa – processo de auto-avaliação apoiado e orientado metodologicamente.

Pretende-se a mobilização activa e distribuição de responsabilidades pelos parceiros. As tarefas da avaliação devem ser organizadas e distribuídas por todos os patamares da rede com a aplicação de instrumentos e suportes técnicos adequados à sua especificidade.

### **Enquadramento temporal da Avaliação**

A avaliação do PDS deve ser:

Contínua – baseada na avaliação da informação produzida pelo sistema de monitorização com o objectivo de identificar desvios entre o previsto e o realizado que possam ameaçar o trabalho ou potenciá-lo com novas oportunidades

Intermédia – centrada no ciclo dos projectos estruturantes ou de momentos significativos no processo de construção da rede, tendo o objectivo de reenquadrar a intervenção e replanear a intervenção em rede.

Final – no término da vigência do PDS deve ser efectuada a avaliação final centrada nos resultados, efeitos da intervenção e respectivos Impactos. Esta avaliação será sobretudo orientadora das etapas seguintes da intervenção, identificando as boas práticas, as novas necessidades e as mudanças produzidas.

### **Participantes**

A avaliação deverá implicar e envolver todos os parceiros da rede de modo a gerar consensos sobre as aprendizagens e novas orientações a definir. Esta participação pretende garantir que se construam novos compromissos para a acção e para a mudança. A avaliação deve ser conduzida e operacionalizada pelo Núcleo Executivo da Rede Social.

### **Pressupostos organizacionais para a avaliação**

- Clima de transparência e partilha de informação
- Compromisso claro para a incorporação das conclusões da avaliação
- Identificação e legitimação dos responsáveis pela avaliação
- Integração das actividades da avaliação nos planos de acção das organizações e da rede social

### **Critérios e Indicadores de Avaliação:**

A definir em conjunto com a entidade avaliadora externa, de forma participada com os parceiros do CLAS.

Os critérios e indicadores de avaliação, trabalhados em diferentes níveis: Efeitos e Impactos da intervenção, Resultados esperados e obtidos dos projectos, serão elementos que para além de constarem do Relatório de Avaliação, serão também integrados no Sistema de Informação.

### **Plano de avaliação:**

Objectivos da avaliação do PDS

Alcançados em 2011 com a avaliação final.

1. Intervenção integrada das organizações e complementaridade das respostas.
2. Desenvolvimento social do concelho é mensurável de acordo com os impactos do PDS.
3. As organizações incorporam a auto avaliação como prática de parceria.
4. Existem competências de avaliação acessíveis às organizações no concelho.
5. A rede social faz a avaliação “on going” e final participada da sua intervenção.
6. Os resultados da avaliação são divulgados e apropriados pelos parceiros.

### **Passo a passo da avaliação**

1. Os indicadores de impacto são referenciados e operacionalizados pelos projectos e intervenções;
2. Definidos os sistemas de registo e verificação da informação;





3. Os técnicos responsáveis pela activação da avaliação nas organizações estão identificados e formados;
4. Os indicadores de input e output estão referenciados e operacionalizados pelos projectos e intervenções;
5. O planeamento operacional da avaliação de input e output está definido e contratualizado;
6. Está definido o modelo de relatório de avaliação;
7. O sistema de feedback está definido e contratualizado;
8. Os destinatários da avaliação estão identificados.

### **Metodologia de Implementação**

Acompanhamento das reuniões de CLAS Núcleo executivo e projectos e parcerias;  
Elaboração dos relatórios periódicos de avaliação com a informação sistematizada;  
Elaboração de relatórios de acompanhamento com sugestões de melhoria;  
Moderação e facilitação de workshops de avaliação dos projectos e intervenções em curso;  
Divulgação dos resultados em seminários temáticos;  
Avaliação e auto avaliação da participação na rede social;  
Apresentação de resultados em CLAS com recomendações activas de melhoria;  
Propostas metodológicas e técnicas para a implicação dos parceiros na rede;  
Avaliação dos resultados do sistema de monitorização;  
Integração no sistema de informação do conhecimento produzido na avaliação;  
Apresentação em seminário da avaliação de impactos e do desenvolvimento social do concelho.”

Fonte: Consultor Mestre António Batista

**VI**  
**DIVULGAÇÃO/  
MARKETING**



## VI – DIVULGAÇÃO/MARKETING

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Pedrógão Grande deve observar a criação de um Sistema de Informação com a finalidade de dar visibilidade à realidade social e à dinâmica evolutiva do Programa Rede Social. A divulgação da informação recolhida deverá ser feita não apenas a todos os parceiros do CLAS, mas à população em geral como maneira de a sensibilizar para as questões relacionadas com o desenvolvimento social.

Pretende-se com esta acção também chamar a atenção para as questões da **exclusão social e da pobreza** e para a **mobilização e participação** de todos, nas intervenções realizadas ou a realizar no concelho.

O presente documento será divulgado a todas as instituições do concelho e à comunidade em geral, servindo assim, os objectivos da **divulgação** e da **visibilidade**.

### **Plano de Divulgação do PDS de Pedrógão Grande:**

- Entrega do documento e divulgação ao CLAS;
- Elaboração de um Desdobrável que divulgue os objectivos, princípios, metodologia, resultados e impactos esperados do Programa da Rede Social.
- Construção de um site na Internet que sirva de espaço de divulgação de notícias, acções, seminários, workshop's, etc.
- Divulgação através dos meios de comunicação social locais e festas do Concelho.
- Colocação dos documentos produzidos no âmbito da implementação da Rede Social no Concelho de Pedrógão Grande no site da Segurança Social – Rede Social, nomeadamente Pré – Diagnóstico Social, Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção.
- Colocação do documento (PDS) na Biblioteca Municipal de Pedrógão Grande
- Divulgação de todas as actividades realizadas, no âmbito da implementação da Rede Social no Concelho de Pedrógão Grande, nas reuniões de Câmara e Assembleia Municipal.

### **Entidade Responsável:**

- Núcleo Executivo da Rede Social



## VII – BIBLIOGRAFIA:

Diagnóstico Social do Concelho de Pedrógão Grande, Rede Social de Pedrógão Grande, 2006 ;

“Documento de apoio à emissão de PARECERES TÉCNICOS por parte dos CLAS”, IDS/Núcleo da Rede Social, 2002;

“Documento de apoio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social”, IDS/Núcleo da Rede Social, DIC – Departamento de Investigação e Conhecimento, 2002;

Sites consultados:

[www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)

[www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt)

[www.portaldocidadao.pt](http://www.portaldocidadao.pt)

[www.portaldogoverno.pt](http://www.portaldogoverno.pt)

[www.qren.pt](http://www.qren.pt)

[www.pnai.pt](http://www.pnai.pt)